

OS AMBIENTES FUNCIONAL E AFETIVO DO IDOSO

Emmanuel Sá Resende Pedroso; Ethel Pinheiro Santana

Universidade Federal do Rio de Janeiro. emmanuel.pedroso@arquitetura.ufff.br

O envelhecimento da população – fenômeno verificado no Brasil e no mundo – acaba por demandar do arquiteto e urbanista o conhecimento acerca dos anseios e demandas da terceira idade. Entretanto, os estudos teóricos e trabalhos práticos decorrentes atualmente realizados, por vezes, acabam por culminar na elaboração de espaços impessoais, passíveis de rejeição e não apropriação pela pessoa idosa. Aqui se encontra o presente trabalho, que tem como objetivo geral evidenciar a importância da consideração das características sociais, culturais e históricas do idoso pelo arquiteto e urbanista, de maneira a possibilitar a obtenção de um ambiente não somente funcional, mas também afetivo para a pessoa idosa. Para tanto, foi adotada a técnica da documentação indireta, a fim de permitir uma revisão bibliográfica acerca dos temas idosos, ambientes, afetividade e apropriação. Dessa forma, após a realização de uma reflexão sobre os ambientes funcional e afetivo do idoso, foi destacada, na forma das conclusões do estudo empreendido, a indissociabilidade entre os elementos formais/espaciais funcionais e afetivos.

Palavras-chave: idoso, ambiente funcional, ambiente afetivo, arquitetura.

Introdução

Fenômeno mundial, o envelhecimento populacional verificado nas últimas décadas, relacionado, sobretudo, aos avanços da ciência, especialmente na área da saúde, contribui para o aumento contínuo do número de idosos¹ no mundo. No Brasil, esse crescimento da população idosa pode ser verificado por meio dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizados em 2000 e 2010. Enquanto em 2000 tínhamos 8,6% da população

¹ No Brasil, segundo a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8842 de 1994) e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10741 de 2003), considera-se a pessoa idosa quando esta ultrapassa a idade de 60 anos (BRASIL, 1994, 2003).

acima dos 60 anos, no ano de 2010 essa porcentagem alcançou 10,7 % dos brasileiros, perfazendo um total de 20.590.697 idosos (IBGE, 2009, 2012).

Todavia, o contínuo aumento do número de idosos no mundo constitui um quadro ainda pouco investigado e contemplado pela arquitetura, pela teoria e, sobretudo, pela prática. Ao longo da vida, o ser humano tem sua cultura e história refletidas na produção e usufruto dos espaços nos quais se insere. Entretanto, ao alcançar a denominada terceira idade, ele é muitas vezes marginalizado pela sociedade, sobretudo, em função da sua passagem gradual para uma postura passiva diante do espaço. Assim, em meio a outras complicações comuns a essa fase da vida, como a aposentadoria, a perda do cônjuge e a maior suscetibilidade a algumas doenças, o idoso se vê obrigado a conviver com a perda progressiva de sua capacidade funcional². A diminuição de suas capacidades mental e física leva a pessoa idosa a uma dependência maior do ambiente, demandando do arquiteto e urbanista soluções espaciais extremamente eficazes no apoio às atividades que desempenha e/ou deseja desempenhar. No entanto, a adoção indiscriminada de elementos que não possuem relação alguma com a vivência do idoso – como barras metálicas de apoio ao deambular e/ou uso de equipamentos e rampas instaladas junto a desníveis, por exemplo – leva, na maioria dos casos, à criação de ambientes impessoais. Tais propostas, estranhas ao universo cultural e histórico da pessoa idosa, muitas vezes não são por ela reconhecidas como parte de sua vida, sendo percebidas como sinais claros da perda de sua vitalidade e proximidade da morte e, assim, passíveis de rejeição e não apropriação. Há, assim, uma ruptura no enlace entre o ambiente construído e o indivíduo quando este alcança a velhice.

Aqui se situa o presente trabalho, cujo objetivo geral consiste em evidenciar a importância da consideração das características sociais, culturais e históricas da pessoa idosa pelo arquiteto e urbanista, em prol da obtenção de ambientes não somente funcionais, mas também afetivos para o idoso.

Metodologia

A metodologia adotada neste estudo compreendeu utilização da técnica da documentação indireta. Seu emprego possibilitou a revisão da literatura mediante pesquisa bibliográfica. A adoção desse método teve como meta o aprofundamento no estudo acerca dos temas necessários à reflexão proposta, como idosos, ambientes, afetividade e apropriação.

² Segundo Freitas e Miranda (2013, p. 973), “a capacidade funcional é definida como a aptidão do idoso para realizar determinada tarefa que lhe permita cuidar de si mesmo e ter uma vida independente”.

Resultados e Discussão

O espaço destinado ao ser, além de atributos funcionais³, deve com ele estabelecer um enlace, ter com ele uma identidade comum. Tal característica, resultado do percurso vivencial humano, encontra no idoso seu ápice. Sendo assim, o estudo da relação entre a pessoa idosa e o ambiente deve ser focalizado na existência de elementos tanto funcionais quanto afetivos.

Enquanto cenário das relações humanas, o ambiente acaba por incorporar as diversas demandas referentes ao dia a dia da pessoa idosa. Tal constatação é evidenciada nas três necessidades espaciais do idoso, estabelecidas por Hunt (1991): as necessidades físicas, relacionadas aos aspectos físicos do indivíduo e do meio, contemplando sua saúde física, segurança e conforto; as necessidades informativas, que dizem respeito à maneira como o idoso processa as informações do ambiente, estando diretamente ligadas à sua percepção e cognição; e as necessidades sociais, que contemplam a demanda da pessoa idosa tanto por sua privacidade quanto por seu convívio social. Juntas, as necessidades espaciais descritas por Hunt (1991) podem ser compreendidas como as demandas a serem atendidas por um ambiente funcional, um espaço que atenda às condições funcionais do idoso e forneça suporte à realização de suas atividades. Ainda sobre o aspecto funcional do espaço, Perracini (2013, p. 1311) afirma que há uma “[...] estreita relação entre o ambiente e o comprometimento funcional em idosos”. Lawton e Nahemow (1973) apud Neri e Neri (2013), por sua vez, apontam como funções do ambiente a oferta de condições físicas (poluição/ruído/trânsito/clima); o transporte; a segurança e proteção físicas; a segurança afetiva; os recursos financeiros; os cuidados à saúde; a proteção social; as oportunidades para adquirir novas informações e habilidades; e as oportunidades para recreação e lazer. Contudo, a relação existente entre o indivíduo e o ambiente é recíproca. Fundamentado nesse entendimento, foi estabelecido o conceito de docilidade ambiental (LAWTON, 1991 apud Neri e Neri, 2013). De acordo com o autor em questão,

[...] à medida que a competência declina e o comportamento torna-se crescentemente determinado por fatores externos, é necessário manejar o ambiente para que os idosos possam viver mais dignamente e com mais segurança e bem-estar (LAWTON, 1991 apud NERI; NERI, 2013, p. 1473).

³ Aqui, entende-se como atributo ou elemento funcional uma característica formal/especial do ambiente, relacionada à capacidade funcional do indivíduo – neste caso, o idoso – e às atividades por ele realizadas.

Com base nesse conceito (docilidade ambiental), Lawton (1991) apud Neri e Neri (2013) estabeleceu as seguintes recomendações que, embora direcionadas para idosos com déficits cognitivos graves, revelam-se úteis para todos os indivíduos que se encontram na terceira idade (PYNOOS; REGNIER, 1991 apud NERI; NERI, 2013): assegurar privacidade; dar oportunidades para interação social; dar oportunidades para exercícios de controle pessoal, liberdade de escolha e autonomia; personalizar o tratamento, objetos e locais; facilitar a discriminação de estímulos visuais, tácteis e olfatórios; planejar ambientes na medida do possível bonitos e agradáveis; tornar o ambiente flexível para o atendimento de novas necessidades; tornar o ambiente mais familiar por meio de referências históricas, objetos familiares, arranjos tradicionais de mobiliário e contato com a natureza; facilitar a orientação espacial; assegurar a segurança física; facilitar o acesso a equipamentos e o funcionamento na vida do dia a dia; e propiciar um ambiente estimulador e desafiador. Perracini (2013) também reúne aspectos básicos que devem nortear a elaboração de ambientes para idosos. São eles: acessibilidade e uso; facilidade de circulação, especificamente no que diz respeito ao conforto, à conveniência e à possibilidade de escolha; conservação de energia; comunicação: aspectos sensoriais e interação social; segurança: sem riscos de lesões e acidentes; proteção: que não cause medo ou ansiedade e que seja previsível (confiável); e privacidade. A autora aponta que essas mudanças, que podem estar relacionadas a modificações fisiológicas próprias do processo de envelhecimento ou a doenças e suas consequências, acabam por gerar demandas junto aos ambientes. Logo, as alterações funcionais decorrentes do processo de envelhecimento acabam por afetar praticamente todos os sentidos e sistemas humanos.

Presente nos pontos estabelecidos por Perracini (2013), o conceito de acessibilidade, condição para a obtenção de um ambiente seguro para o idoso, deve ser destacado. A acessibilidade, de acordo com Duarte (2005) apud Oliveira (2006), pode ser definida como o conjunto de medidas técnico-sociais destinadas ao acolhimento de todo e qualquer usuário do espaço. A promoção da acessibilidade no ambiente construído está condicionada à identificação e superação de barreiras. A barreira, segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência⁴, também denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência, (Lei nº 13146 de 2015), constitui [...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade [...]” (BRASIL, 2015, s/p.). Ainda de acordo com a mesma lei, as barreiras podem ser classificadas em: barreiras urbanísticas:

⁴ Embora a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13146 de 2015), no tocante a barreiras e a outros aspectos, faça menção à pessoa com deficiência, o mesmo documento também considera a pessoa com mobilidade reduzida, na qual se inclui o idoso (BRASIL, 2015).

as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo; barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados; barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes; barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação; barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas; e barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias. A NBR 9050/15 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) constitui a principal norma brasileira voltada para a supressão de barreiras e consequente obtenção de ambientes acessíveis (ABNT, 2015). No entanto, ela não é focalizada no idoso.

Embora voltados para questões funcionais, alguns aspectos elencados por Lawton (1991) apud Neri e Neri (2013) e Perracini (2013) remetem à necessidade de manutenção do enlace entre o idoso e o meio.

No estudo acerca da relação entre a pessoa idosa e o ambiente, além do aspecto funcional, um outro conceito deve ser, sim, considerado: a afetividade. A afetividade pode ser descrita como o vínculo estabelecido entre o indivíduo e o lugar baseado, de acordo com Augé (1999) e Tuan (2012, 2013), na existência de uma identidade comum, nas relações sociais empreendidas e na história desse ser. A identidade pode ser compreendida

[...] como uma forma de pertencer e participar. É por isso que somos capazes de encontrar nosso lugar, nosso nome ou nossa personalidade, não por oposição, mas porque descobrimos vínculos verdadeiros que nos ligam ao destino das pessoas com as quais compartilhamos da mesma cultura (IPHAN, 1995, p. 2).

Assim, embora o ambiente possa fornecer suporte funcional à pessoa idosa, ele somente será um lugar para o idoso mediante a existência de elementos que representem essa identidade comum, de elementos emotivos.

A partir da reciprocidade existente entre a arquitetura e a cidade no que diz respeito à conformação espacial, verificada em Hertzberger (1999), alguns estudos, como os realizados por Lynch (1997) e Leitão (2002), embora direcionados ao espaço urbano, apontam importantes conceitos e questões a serem considerados também junto ao objeto arquitetônico. Para Lynch (1997,

p. 4), a relação entre o ser humano e o meio é baseada na imagem ambiental que, por sua vez, constitui

[...] o quadro mental generalizado do mundo físico exterior de que cada indivíduo é portador. Essa imagem é produto tanto da sensação imediata quanto da lembrança de experiências passadas, e seu uso se presta a interpretar as informações e orientar a ação. A necessidade de reconhecer e padronizar nosso ambiente é tão crucial e tem raízes tão profundamente arraigadas no passado, que essa imagem é de enorme importância prática e emocional para o indivíduo.

Para Lynch (1997), a imagem ambiental possui três componentes, sendo eles a identidade (identidade do objeto), a estrutura (relação do objeto com outros objetos e com o observador) e o significado (significado para o observador). Já segundo Netto (1999, p. 21), o espaço constitui uma semiótica, “[...] um conjunto analisável de signos [...]”. Assim, a imagem ambiental definida por Lynch (1997) se aproxima do efeito decorrente do signo. Peirce (1931-1958, 1976, 1992, 1988, 1990) apud Santaella (2008, p. 8) define signo como

[...] qualquer coisa de qualquer espécie (uma palavra, um livro, uma biblioteca, um grito, uma pintura, um museu, uma pessoa, uma mancha de tinta, um vídeo etc.) que representa uma outra coisa, chamada de objeto do signo, e que produz um efeito interpretativo em uma mente real ou potencial, efeito este que é chamado de interpretante do signo.

Assim, o signo pode ser analisado pelas relações que estabelece consigo, suas propriedades; com o que representa, designa, denota, o denominado objeto do signo; e com o interpretante e os possíveis tipos de interpretação (PEIRCE, 1931-1958, 1976, 1992, 1988, 1990 apud SANTAELLA, 2008). Todavia, essa leitura não é somente individual, mas também coletiva. Aqui, Leitão (2002, p. 366) aponta que

o processo de identificação, no entanto, não se esgota no tempo nem se limita a um outro específico. Tampouco se restringe a particularidades do individual, uma vez que cada indivíduo está, necessariamente, inserido em uma ordem simbólica, inscrita em uma cultura que lhe é anterior.

A influência do meio sobre o ser humano, verificada em Leitão (2002), somada à interação entre as memórias individual e coletiva observada em Halbwachs (2004), leva ao entendimento de

que as cargas social, cultural e histórica de um indivíduo, mesmo contendo suas particularidades, são compartilhadas com a sociedade na qual ele está inserido. Leitão (2002, p. 366) ainda aponta que

ao não se restringir a particularidades do individual, articulando-o a um universo simbólico, o conceito de identificação permite considerar que o ambiente construído, como expressão privilegiada da cultura, oferece-se como objeto de identificação, como o Outro, e portanto elemento fundamental nessa apropriação singular que o processo de identificação propicia, na qual características próprias do objeto de identificação se tornam parte constitutiva de quem com ele se identifica.

Dessa forma, no processo de envolvimento do indivíduo com o meio, há uma identidade comum que, por sua vez, remete à cultura e à história da coletividade, da sociedade à qual ele pertence. Tal ambiente, denominado por Leitão (2002) como o espaço do afeto, possui uma importante função simbólica. Essa capacidade de evocar uma imagem ambiental forte em um observador, que um objeto possui, é denominada por Lynch (1997) de “imaginabilidade” e está diretamente relacionada à legibilidade desse objeto diante do indivíduo. Para Lynch (1997, p. 102)

[...] se o ambiente for visivelmente organizado e nitidamente identificado, o cidadão poderá impregná-lo de seus próprios significados e relações. Então se tornará um verdadeiro lugar, notável e inconfundível.

Logo, quando um significado é atribuído ao espaço, tem-se a constituição do lugar (DUARTE, 2002).

A primeira atribuição semântica dada por um indivíduo a um determinado ambiente parte, segundo Netto (1999), de uma prática do espaço. Esta, por sua vez, pode ser tanto física quanto imaginária. Enquanto na primeira possibilidade, há menção a uma relação de uso entre o ser humano e o meio, a segunda faz referência à relação entre o imaginário do indivíduo e o espaço. Essas práticas encontram-se ligadas e “[...] dependem de uma ideologia e/ou produzem uma ideologia [...]” (NETTO, 1999, p. 119). Cabe aqui ressaltar a diferença entre imaginário e ideológico, estabelecida pelo autor. Para Netto (1999, p. 98), enquanto o imaginário pode ser compreendido “[...] como o universo de um modo de relacionamento da consciência individual com objetos reais ou virtuais”, o ideológico, ou seja, a ideologia seria “[...] composta necessariamente por uma apreensão da realidade baseada numa multiplicidade de pontos de vista (o aspecto político,

o aspecto religioso, o aspecto estético, etc.)” (NETTO, 1999, p. 102). O processo de semantização – e constituição do lugar – remete à existência da topofilia que, segundo Tuan (2012, p. 135-136), diz respeito a “[...] todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material”. O denominado sentimento topofílico é despertado pelo lugar, por meio dos sentidos humanos. Logo, o declínio funcional decorrente do processo de envelhecimento acaba por influenciar a relação do indivíduo – e a conseqüente constituição de seu vínculo – com o meio.

O mundo percebido se encolhe com o declínio, tanto da visão como da audição. A diminuição da mobilidade restringe ainda mais o mundo do velho, não somente no óbvio sentido geográfico, mas também pelo fato dos encontros háptico-somáticos com o meio ambiente (escalar montanhas, correr, caminhar) tornam-se menos frequentes (TUAN, 2012, p. 90).

A diminuição do espaço percebido pela pessoa idosa faz com que ela se envolva emocionalmente com eventos e objetos próximos, em seus arredores imediatos, de forma semelhante ao verificado junto à criança pequena (TUAN, 2012). Tal enlace é passível de verificação por meio da apropriação do espaço, definida por Ittelson, Proshansky, Rivlin e Winkel (1974) como o controle da pessoa sobre o ambiente que, por sua vez, pode ser psicológico ou físico. Enquanto o controle psicológico remete à constituição do espaço pessoal, estabelecido por Sommer (1973) apud Ely (1997) como território móvel que acompanha o indivíduo e que expande-se ou contrai-se de acordo com a situação – ao qual pode ser vinculado o conceito de espaço útil, definido por Goffman (1973) como o território situado imediatamente à frente do indivíduo e do qual ele tem direito devido às suas necessidades – o controle físico, segundo Stea (1978), diz respeito à territorialidade e está relacionada à ocupação, personalização, marcação e defesa do território.

O ambiente funcional aqui abordado é caracterizado por elementos direcionados ao atendimento das demandas do indivíduo, neste caso o idoso. Todavia, essas mesmas propriedades formais/espaciais funcionais, ou outras, podem caracterizar o ambiente afetivo da pessoa idosa?

A apropriação pressupõem o uso⁵. Aqui, Santos (2006, p. 63) atenta para a relação direta existente entre a ação humana e elementos do meio, ao afirmar que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. De

⁵ Entende-se aqui o uso como prática do espaço que, por sua vez, segundo Netto (1999), pode ser tanto física quanto imaginária.

acordo com Santos (2006) há uma interdependência entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações. Para o autor,

sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2006, p. 63).

Todavia, segundo Baudrillard (2002), o caráter tecnológico do objeto – sua função – está inserido em um sistema cultural.

O objeto: este figurante humilde e receptivo, esta espécie de escravo psicológico e de confidente tal como foi vivido na cotidianidade tradicional e ilustrado em toda a arte ocidental até os nossos dias, tal objeto refletiu uma ordem total ligada a uma concepção bem definida do cenário e da perspectiva, da substância e da forma. Segundo esta concepção, sua forma é a demarcação absoluta entre o interior e o exterior, é continente fixo, o interior é substância. Os objetos têm assim – os móveis especialmente – além de sua função prática, uma função primordial de vaso, que pertence ao imaginário e que corresponde sua receptividade psicológica (BAUDRILLARD, 2002, p. 33-34).

Baudrillard (2002) estrutura sua análise do objeto por meio de quatro sistemas: o sistema funcional; o sistema não-funcional; o sistema meta e disfuncional e o sistema sócio-ideológico. Enquanto os sistemas meta e disfuncional e sócio-ideológico abordam, respectivamente, conotações referentes ao caráter funcional do objeto e a questão ideológica a ele atrelada, os dois primeiros sistemas citados acabam por reunir aspectos e características fundamentais em torno de dois pontos básicos a serem considerados na presente pesquisa: o objetivo (sistema funcional) e, sobretudo, o subjetivo (sistema não-funcional). O sistema funcional remete à funcionalidade do objeto, compreendida pelo autor como algo que ultrapassa sua função primária, transformando-o em um elemento de combinação em um sistema de signos. Já o sistema não-funcional implica em objetos que contradizem o aspecto funcional e se aproximam de propósitos como o testemunho e a lembrança.

Admitamos que nossos objetos cotidianos sejam com efeito os objetos de uma paixão, a da propriedade privada, cujo investimento afetivo não fica atrás em nada àquele das paixões humanas, paixão cotidiana que frequentemente prevalece sobre todas as outras, que por

vezes reina sozinha na ausência das outras. Paixão temperada, difusa, reguladora, cuja importância no equilíbrio vital do indivíduo e o grupo, na própria decisão de viver pouco conhecemos. Os objetos nesse sentido são, fora da prática que deles temos, num dado momento, algo diverso, profundamente relacionado com o indivíduo, não unicamente um corpo material que resiste, mas uma cerca mental onde reino, algo que sou o sentido, uma propriedade, uma paixão (BAUDRILLARD, 2002, p. 93-94).

Aqui, Baudrillard (2002, p. 94) afirma que todo objeto possui

duas funções: uma que é a de ser utilizado, a outra a de ser possuído. A primeira depende do campo de totalização prática do mundo pelo indivíduo, a outra um empreendimento de totalização abstrata realizada pelo indivíduo sem a participação do mundo. Estas duas funções acham-se na razão inversa uma da outra. Em última instância, o objeto estritamente prático toma um estatuto social: é a máquina. Ao contrário, o objeto puro, privado de função ou abstraído de seu uso, toma um estatuto estritamente subjetivo: torna-se objeto de coleção. Cessa de ser tapete, mesa, bússola ou bibelô para se tornar “objeto”.

Logo, “quando o objeto não é mais especificado por sua função, é qualificado pelo indivíduo [...]” (BAUDRILLARD, 2002, p. 94). Dessa forma, é verificada a diferença entre uso e apropriação. Há, sim, o objeto funcional e o objeto possuído, por ele denominado objeto-paixão. Tais elementos, por sua vez, acabam por compor os ambientes, caracterizando-os não somente como funcionais, mas também como afetivos para o indivíduo.

Conclusões

O ambiente da pessoa idosa deve tanto comportar as atividades que realiza, quanto ser capaz de conter e evocar seus afetos e lembranças. As ponderações e reflexões realizadas neste estudo acabam, pois, por ressaltar a indissociabilidade entre os elementos formais/espaciais funcionais e afetivos. Por conseguinte, o arquiteto e urbanista deve considerar ambos, em prol da elaboração de um ambiente realmente adequado às expectativas e demandas do idoso e que contribua para a sua qualidade de vida.

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2015. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

AUGÉ, M. **O sentido dos outros: atualidade da antropologia**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BAUDRILLARD, J. **O sistema dos objetos**. 4. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

BRASIL. Leis. Lei nº 8842 jan. 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 jan. 1994.

_____. Leis. Lei nº 10741 out. 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 out. 2003.

_____. Leis. Lei nº 13146 jul. 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 jul. 2015.

DUARTE, F. **Crise das matrizes espaciais: arquitetura, cidades, geopolítica, tecnocultura**. São Paulo: Editora Perspectiva / FAPESP, 2002.

ELY, V. H. M. B. **Avaliação de fatores determinantes no posicionamento de usuários em abrigos de ônibus a partir do método da grade de atributos**. 1997. 207 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

FREITAS, E. V. de, MIRANDA, R. D. Avaliação geriátrica ampla. In: FREITAS, E. V. de et al. **Tratado de geriatria e gerontologia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2013. p. 970-978.

GOFFMAN, E. **La mise en scène de la vie quotidienne – les relations en public**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1973.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004. 197 p.

HERTZBERGER, H. **Lições de arquitetura**. Tradução de Carlos Eduardo Lima Machado. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HUNT, M. E. **The Design of Supportive Environments for Older People**. In: Congregate Housing for the elderly. Haworth Press, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2000 – Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfilidoso/perfidosos2000.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2009.

_____. **Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab_pdf.shtm>. Acesso em: 13 out. 2012.

LEITÃO, L. Espaço do abrigo? Espaço do afeto! In: DEL RIO; V.; DUARTE, C. R. de S.; RHEINGANTZ, P. A. (Orgs.). **Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / PROARQ, 2002. p. 365-369.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NERI, A. L.; NERI, M. L. Envelhecimento cognitivo. In: _____. **Tratado de geriatria e gerontologia.** 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2013. p. 1461-1476

NETTO, J. T. C. **A construção do sentido na arquitetura.** 4. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

OLIVEIRA, A. S. D. A. de. **Acessibilidade em Centro Cultural: estudo de casos.** 2006. 213 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Curso de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

PERRACINI, M. R. Planejamento e adaptação do ambiente para pessoas idosas. In: _____. **Tratado de geriatria e gerontologia.** 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2013. p. 1311-1323.

SANTAELLA, L. **Semiótica aplicada.** São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

STEA, D. Espacio, território y movimientos humanos. In: PROSHANSKY, H. M.; ITTELSON, W. H.; RIVLIN, L. G. **Psicologia ambiental.** El hombre y su entorno físico. Cidade do México: Editorial Trillas, 1978.

TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Tradução: Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.